

Alerta Legislação nº 07, de 14 a 19 fev. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116, DE 17.2.2022

Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

DECRETO Nº 10.966, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

DECRETO Nº 10.965, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o [Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018](#)(1), que regulamenta o [Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967](#)(2), a [Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978](#)(3), a [Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989](#)(4), e a [Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017](#)(5).

(1) Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017

(2) Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)

(3) Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.

(4) Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

(5) Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 66.508, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Regulamenta a [Lei nº 16.684, de 19 de março de 2018](#), que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
18/02/2022	<u>DECRETO Nº 10.972, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor sobre a pré-seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo Programa Universidade para Todos.
15/02/2022	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.100, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para promover ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível. <u>DECRETO Nº 10.968, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019, para alterar a composição do Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acesso da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - Conselho Brasil - OCDE. <u>DECRETO Nº 10.967, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, quanto às competências da Casa Civil da Presidência da República.
14/02/2022	<u>DECRETO Nº 10.966, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. <u>DECRETO Nº 10.965, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018⁽¹⁾, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967⁽²⁾, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978⁽³⁾, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989⁽⁴⁾, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017⁽⁵⁾. <i>(1) Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017</i> <i>(2) Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)</i> <i>(3) Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.</i> <i>(4) Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.</i> <i>(5) Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de</i>

	Mineração). <u>DECRETO Nº 10.964, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016, que regulamenta o controle de dopagem. <u>DECRETO Nº 10.963, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, para alterar o limite de adidos agrícolas junto às representações diplomáticas no exterior. <u>DECRETO Nº 10.962, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 99.525, de 14 de setembro de 1990, para dispor sobre a aplicação do Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116, DE 17.2.2022</u> Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2022 (*)</u> Aprova o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021. (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 10/02/2022. <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.066, de 2 de setembro de 2021, que "Prorroga o prazo para recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e de contribuições previdenciárias, a pessoas jurídicas distribuidoras de energia elétrica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de fevereiro de 2022. Congresso Nacional, em 16 de fevereiro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.074, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 12, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para dispor sobre a disponibilização de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais pelos entes federativos", tem sua vigência

	prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 11 de fevereiro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.291, DE 3 DE JANEIRO DE 2022</u> Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. Mensagem de veto
Atos do Senado Federal (SF)	<u>ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 2022</u> O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2021, o Plenário da Casa rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021, que "Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho". Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente do Senado Federal
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre o exercício de atividades de magistério pelos agentes públicos ocupantes dos cargos e empregos mencionados nos incisos I a IV, do art. 2º, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.
Ministério da Cidadania	SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL → Secretaria Nacional de Renda de Cidadania <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11/SEDS/SENARC/MC, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Trata sobre os procedimentos para a identificação de gestantes elegíveis ao Benefício Composição Gestante (BCG), do Programa Auxílio Brasil (PAB), e das regras relacionadas à concessão desse benefício.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) → Junta de Execução Orçamentária <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Aprova a Matriz de Responsabilidades de que trata o § 1º do art. 5º do Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária

	e Financeira, para o exercício financeiro de 2022. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA PGFN/ME Nº 1. 308, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre o parcelamento de que trata o artigo 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para os débitos inscritos em dívida ativa da União e administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. SECRETARIA ESPECIAL DO TESOIRO E ORÇAMENTO <u>PORTARIA SETO/ME Nº 1.299, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Dívida Pública Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 12.930.500.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 1.196 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Reabre, em favor do Ministério da Cidadania, crédito extraordinário, no valor de R\$ 167.288.600,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.087, de 28 de dezembro de 2021. → Secretaria do Tesouro Nacional <u>PORTARIA Nº 1.266, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre o demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021 e dá outras providências com vistas a coibir a existência de execução orçamentária com fontes de recursos sem disponibilidade financeira suficiente ao final do exercício de 2022.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 94, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre a operacionalização, no Brasil, do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados - Sistema Arcu-Sul. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 101, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Aplica o modelo Malha Fina do FNDE às prestações de contas indicadas no presente ato. <u>PORTARIA Nº 93, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Estabelece os parâmetros para operacionalização da distribuição dos recursos da Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação e a estimativa anual de repasse aos entes subnacionais no ano de 2022 e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> (...) Art. 1º Aprovar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA) para o ano de 2022, conforme ações estabelecidas nos Anexos I, II, III, IV e V. (...)

	<u>PORTARIA Nº 373, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Estabelece procedimentos para análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e de pedidos de autorização para o exercício de atividade privada por agente público em atuação no Ibama.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>PORTARIA Nº 6.724, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Aprova a revisão da Cadeia de Valor da ANEEL. AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM <u>RESOLUÇÃO Nº 95, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022 (*)</u> Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração. (*) Republicada por ter saído com erros materiais no DOU de 16/2/2022, Edição: 33, Seção 1, Página 49.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 331, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Credencia, em caráter excepcional, estabelecimentos de saúde como Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, e como Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020, e concede incentivo financeiro federal de custeio dos Centros, a ser transferido aos municípios em parcela única. <u>PORTARIA GM/MS Nº 330, 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Divulga, de forma detalhada, os repasses de recursos federais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2022. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 480, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização dos procedimentos "Mycobacterium leprae (Bacilo de Hansen), detecção de resistência a antibióticos por PCR"; "Mycobacterium leprae (Bacilo de Hansen), IgM, anticorpos (teste rápido)"; e "Mycobacterium leprae (Bacilo de Hansen), Pesquisa PCR em tempo real", em cumprimento ao disposto no parágrafo 8º da do art. 10 da Lei nº 9656/1998, incluído pela Medida Provisória nº 1067/2021. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 118, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa - IN nº 32, de 12 de abril de 2019, em observância ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. (...) "Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos, fluxos, instrumentos e cronograma relativos ao atendimento pelos estados, Distrito Federal e municípios

aos requisitos de delegação previstos na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021, ou outra que vier a lhe suceder, para delegação da inspeção para verificação das Boas Práticas de Fabricação de fabricantes de insumos farmacêuticos ativos, produtos para a saúde de classe de risco III e IV e medicamentos, exceto gases medicinais, para fins de emissão da Autorização de Funcionamento e do Certificado de Boas Práticas de Fabricação." (NR)
(...)

AGENDA REGULATÓRIA 2021-2023

Publica a Atualização Anual 2022 da Lista de Projetos da Agenda Regulatória da Anvisa 2021-2023.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 604, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o enriquecimento obrigatório do sal com iodo e das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico destinados ao consumo humano.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 603, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos para emissão da Certidão de Venda Livre para Exportação de Alimentos (CVLEA), no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 602, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga normas inferiores a Decreto componentes da pertinência temática de alimentos que já se encontram revogadas tacitamente, cujos efeitos tenham se esgotado no tempo e que, embora vigentes, não tenham necessidade ou significado identificados, em observância ao que prevê o [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#).

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 601, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a análise simplificada, em caráter excepcional e temporário, de petições de Anuência em Processo de Pesquisa Clínica, Modificações de DDCM, Emenda Substancial ao Protocolo Clínico e Anuência em Processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) referente ao Dossiê do Medicamento Experimental em razão da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

RESOLUÇÃO - RDC Nº 600, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a lista de filtros ultravioletas permitidos para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e internaliza a Resolução GMC MERCOSUL nº 44/2015, alterada pela Resolução GMC MERCOSUL nº 14/2021.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 599, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 598, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

PORTARIA SCTIE/MS Nº 11, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar o alfadamoctocogue pegol para

	profilaxia secundária em pacientes com Hemofilia A no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 10, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Torna pública a decisão de incorporar o alfaruriotocogue pegol para tratamento de pacientes com hemofilia A no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Ministério do Trabalho e Previdência	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 239, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Revoga portarias dos extintos Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social, e Ministério da Previdência Social, em atendimento ao disposto no art. 8º do <u>Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019</u>. Processo nº 10132.100007/2021-11.
Ministério do Turismo	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA IBRAM Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Normatiza os procedimentos técnicos e administrativos para elaboração de política de aquisições e descartes de bens culturais a serem adotados pelos museus integrantes ou administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/02/2022	<u>DECRETO Nº 66.517, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Adiciona o artigo 4º-A ao <u>Decreto nº 65.921, de 12 de agosto de 2021</u>, que institui, junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o programa "Agro SP + Seguro" e dá providências correlatas
18/02/2022	<u>DECRETO Nº 66.514, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Institui, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o programa "Polos de Desenvolvimento" e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.513, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Cria a Escola Técnica Estadual - ETEC de Itapevi, no Município de Itapevi
16/02/2022	<u>DECRETO Nº 66.510, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Cria, na Secretaria da Saúde, o Hospital Regional de Bebedouro - HRB, e dá providências correlatas

	<u>DECRETO Nº 66.509, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Estabelece normas para a integração entre o ambiente digital de gestão documental instituído no âmbito do Programa SP Sem Papel e o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.508, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Regulamenta a <u>Lei nº 16.684, de 19 de março de 2018</u>, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA, Nº 16 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Estabelece os procedimentos de verificação das conformidades e da inocuidade dos produtos de origem animal comestíveis e da água de abastecimento dos estabelecimentos com registro no Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo (SISP), assim como de matérias primas, ingredientes e aditivos utilizado em sua produção por meio da coleta de amostras para ensaios laboratoriais e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA/SJC Nº 01, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Institui o Certificado da Transição Agroecológica que visa estimular à Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo, para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis e dá outras providências.
Cultura e Economia Criativa (SEC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC – 09, DE 18-02-2022</u> Dispõe sobre o processo de seleção dos indicados para outorga do “Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2022”, relativo à produção artística e cultural de 2021, e a fixação dos valores e da modalidade de premiação.
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)	<u>PORTARIA CONJUNTA G-CEL-SESP/G-COPED-SEDUC/GSEDPCD/G-CEETEPS-SDECTI, DE 18/02/2022</u> Dispõe sobre os Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP e dá providências correlatas.
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 15, DE 14-02-2022</u> Dispõe sobre a carga horária de expansão do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.

Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 636, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP/APTE Nº 635, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações. <u>RESOLUÇÃO SFP-07 DE 17-02-2022</u> Altera a Resolução SFP nº 78, de 05-09-2019, que dispõe sobre os procedimentos da Promoção por Merecimento dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E → Coordenadoria da Administração Financeira <u>COMUNICADO CAF-G Nº 00003, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de janeiro de 2022.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (CPGE) <u>COMUNICADO</u> A Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do Decreto estadual nº 54.345, de 18/05/2009, comunica que estão abertas as inscrições para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31 de dezembro de 2021.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 12, DE 16-2-2022</u> Altera o Anexo da Resolução SS nº 82 de 23, publicada em 24 de julho de 2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para a realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 11/2022</u> (...) Nota Técnica CIB – Surtos Institucionais de COVID-19: Orientações e recomendações. (...)
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-06, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera os limites territoriais das áreas de atuação da Polícia Militar no Estado de São Paulo.

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO 8168, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre o direito à imagem e à voz e sobre os direitos autorais relativos às aulas ministradas no âmbito da USP. <u>RESOLUÇÃO 8169, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre a criação do Centro Intercultural Internacional da Universidade de São Paulo (CIIUSP). → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 8167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Altera dispositivos da Resolução CoG 8114, de 29 de julho de 2021, que estabelece normas para o Concurso Vestibular FUVEST 2022 da Universidade de São Paulo e dá outras providências, para prever a exigência de comprovação de vacinação contra a Covid-19.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/02/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 73, DE 2022</u> Dispõe sobre a ampliação da zona de uso predominantemente industrial (ZUPI) de Guararema. DOE, Legislativo, 18/02/2022, p. 1
17/02/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2022</u> Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS veículos automotores adquiridos por pessoas com deficiência. DOE, Legislativo, 17/02/2022, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 71, DE 2022</u> "Dispõe sobre a obrigatoriedade de que, nas escolas públicas da rede estadual de ensino, exista espaço destinado a uso exclusivo dos professores." DOE, Legislativo, 17/02/2022, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 68, DE 2022</u> Dispõe sobre a utilização de energia solar nos prédios públicos de propriedade do Estado de e dá outras providências. DOE, Legislativo, 17/02/2022, p. 2 <u>PROJETO DE LEI Nº 67, DE 2022</u> "Dispõe sobre a obrigatoriedade de que os hospitais públicos e privados que mantenham unidades de tratamento intensivo (UTI), disponibilizem meios para que os parentes próximos possam acompanhar o parente ali internado de forma presencial." DOE, Legislativo, 17/02/2022, p. 2 SUPLEMENTO <u>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO</u>

	<u>ESTADUAL EM 2021</u>
16/02/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 63, DE 2022</u> Dispõe sobre a penalidade a ser aplicada em caso de exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a COVID-19 para acesso a locais públicos ou privados, cujas atividades sejam consideradas essenciais, no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 16/02/2022, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2022</u> Tipifica a invasão a Igrejas e o ultraje a cultos religiosos como infração administrativa com imposição de multa. DOE, Legislativo, 16/02/2022, p. 2 <u>PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2022</u> Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o "Programa Escola sem Partido". DOE, Legislativo, 16/02/2022, p. 1 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2022</u> Fica susgado, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, o Decreto nº 60.020 de 26 de dezembro de 2013, que institui, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, que estende mandato do Ouvidor de Polícia sem previsão da Lei Complementar 826 de 20 de junho de 1997. DOE, Legislativo, 16/02/2022, p. 3
15/02/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 59, DE 2022</u> Tipifica a depredação a monumentos históricos e culturais como infração administrativa com imposição de multa. DOE, Legislativo, 15/02/2022, p. 2 <u>PROJETO DE LEI Nº 58, DE 2022</u> Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para programas de combate a enchentes, inundações e deslizamentos e programas de provisão de moradias populares, a fim de socorrer a população atingida pelas chuvas no Estado e prevenir futuros desastres. DOE, Legislativo, 15/02/2022, p. 2 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2022</u> Susta o Decreto 66.494 de 09 de fevereiro de 2022 que suspende o diferimento do lançamento do imposto prevista nos artigos 355 a 361 deste regulamento enquanto vigorar o benefício fiscal de isenção previsto no artigo 41 do Anexo I e de redução da base de cálculo previsto no artigo 77 do Anexo II, exclusivamente em relação aos produtos ali indicados. DOE, Legislativo, 15/02/2022, p. 3

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/02/2022	<u>DECRETO Nº 61.082, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental a ser exercido pela Guarda Civil Metropolitana.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>